

XII-063 – AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

Tiago Melo Prestes⁽¹⁾

Graduando em Engenharia Ambiental pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM).

Andréia do Socorro Condurú de Souza Cardoso

Engenheira Civil pela Universidade Federal do Pará. Especialização em Gestão Pública pelo Centro Universitário do Pará. Mestrado pela Universidade Federal do Pará. Professora titular do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia. Coordenadora do Programa Pará Obras do Governo do Estado do Pará.

Bianca Andrea da Silva Santos

Graduanda em Engenharia Ambiental pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM).

Daniella dos Santos Campos

Graduanda em Engenharia Ambiental pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM).

Endereço⁽¹⁾: 14 de Abril, 1900 – São Brás - Belém - PA - CEP: 66063-005 - Brasil - Tel: (91) 32299193 - e-mail: melloo-@hotmail.com

RESUMO

O plano diretor é um documento que visa direcionar o planejamento estrutural e organizacional de uma cidade, possuindo objetivos, estratégias e metas que devem ser alcançadas em um determinado período de tempo. Vale ressaltar que cada plano diretor varia de acordo com as características do local que deseja implantá-lo (ABNT, 1991). O presente trabalho irá abordar questões referentes ao plano diretor da cidade de Marabá, que está situada no sudeste paraense, a 485 km da cidade de Belém e possui uma área de 15.128,416 km², cidade que foi fundada em 05 de Abril de 1913 e no ano de 2010 possuía uma população de 233.669 habitantes com perspectiva que esse número chegasse a 257.062 no ano de 2014, segundo dados do IBGE (2013).

PALAVRAS-CHAVE: Plano diretor, Política, Município, Documento, Diretrizes.

INTRODUÇÃO

A cidade de Marabá está subdividida em cinco regiões: a primeira é conhecida como Marabá pioneira ou velha Marabá, está localizada na margem dos rios; a segunda região é conhecida como Cidade Nova, é a região onde se encontra o aeroporto da cidade; a terceira região é conhecida como São Félix I e II, está situada depois da ponte que passa sobre o Rio Tocantins; a quarta região é conhecida como Nova Marabá, onde os bairros recebem o nome de folhas numeradas; e a quinta região é conhecida como Morada Nova, está localizada a 20 km de Marabá (Prefeitura de Marabá, 2010).

A cidade em questão possui o 3º maior PIB do estado do Pará, cerca de 3 bilhões de reais, correspondente a 10% da riqueza do estado e possui um PIB per capita de R\$ 15.685, o que nos permite classificá-la como uma cidade de porte médio (IBGE, 2013).

A metodologia do trabalho será feita através de uma análise crítica comparando o Plano Diretor de Marabá com um modelo de plano diretor padrão e com a realidade local em relação às diretrizes deste plano.

MATERIAIS E MÉTODOS

A lei N°. 17.213 de 09 de outubro de 2006, que institui o plano participativo diretor do município de Marabá aborda basicamente a implantação da política de desenvolvimento urbano em questões sociais, econômicas e ambientais.

O plano diretor da cidade de Marabá foi implantado no dia 09 de Outubro de 2006, através da Lei nº 17.213. Segundo o Artigo nº 2 do Capítulo I, o plano diretor em questão estabelece como metas:

- Proporcionar aos cidadãos acesso aos direitos e as políticas públicas voltadas para a promoção de consolidação de uma sociedade mais justa, fazendo com que a propriedade cumpra com sua função social;
- Promover o desenvolvimento sustentável, como forma de garantir o aperfeiçoamento da gestão;
- Potencializar o capital social, promovendo a participação popular no planejamento e na gestão do município;
- Incentivar a criação de consórcios visando à integração entre os municípios da micro-região de Marabá para o enfrentamento de problemas comuns.

Assim como o Artigo nº 4 do Capítulo II, estabelece como objetivos:

- Promover a integração entre as atividades urbanas e rurais, de forma complementar, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Município;
- Elevar a qualidade de vida da população urbana e rural, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, ao meio ambiente, às condições habitacionais, e de infraestrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e distritos do Município de Marabá;
- Promover o desenvolvimento sustentável e a justa distribuição das riquezas do município elevando a qualidade do ambiente urbano por meio da preservação e conservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio, histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;
- Aumentar a eficiência econômica do município, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais para os setores públicos e privados, inclusive por meio do aperfeiçoamento administrativo do setor público;
- A criação de meios para melhorar a fiscalização e o monitoramento das atividades de exploração agropecuárias, de madeira, minérios, gemas, cristais e outras atividades impactantes, buscando alternativas para minimizar os impactos causados; Incentivar a organização associativa e cooperativa dos agentes envolvidos na produção rural e urbana de bens e serviços;
- Incentivar práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, respeitando os princípios de proteção ambiental e do equilíbrio ecológico dos ecossistemas de forma compatível com princípios do desenvolvimento sustentável; Incentivar a recuperação da cobertura florestal do município;
- Preservar os recursos hídricos e naturais, com especial atenção à vegetação de cabeceiras das nascentes, matas ciliares e áreas de reprodução da fauna aquática.

Com base nas análises comparativas das matrizes, metas e objetivos que o Plano Diretor dispõe, com as informações levantadas, diagnosticou-se que o mesmo apresenta algumas inconformidades com a estrutura que a teoria prega.

Estrutura simplificada de um plano diretor sob enfoque ambiental disposta em 5 fases (SANTOS, 2009):

- Fase 01: O plano participativo diretor de Marabá está em desacordo com a estrutura documental, devido não haver a elaboração de etapas para realização das propostas metodológicas. Por outro lado apresenta suas definições de objetivos e princípios norteadores conforme a estrutura, porém ainda não alcançados devido aos inúmeros fatores falhos ao decorrer das seguintes fases.
- Fase 02: Quanto as diretrizes para elaboração do plano diretor existe inconformidade documental como a inexistência de diretrizes orçamentárias e o detalhamento de tempo disponível, deste modo não há conhecimento se o que foi proposto foi realizado dentro dos recursos que o município possui, nem se foi realizado dentro de um tempo estabelecido para os projetos sociais, econômicos e ambientais. Além da inconformidade com a realidade local, em relação as diretrizes dispostas no inventário setorial (fase 03).

- Fase 03: O inventário setorial encontra-se em acordo com a estrutura documental possuindo todas suas diretrizes e propostas. Algumas das estratégias dispostas no plano diretor de Marabá referente aos objetivos de melhorias para questões sociais, econômicas e ambientais são apresentadas a seguir, porém algumas delas, não condizem em alguns aspectos com a realidade local, segundo jornais e outros meios de informações sobre a região. Abaixo, estão dispostos alguns parágrafos e observações quanto ao Plano diretor de Marabá, referente a Políticas de Meio Ambiente, Sociais e Econômicas respectivamente:

POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE

Sobre a Política para Saneamento Ambiental, o Art. 76 estabelece que a Política Municipal de Saneamento Ambiental tem como objetivo assegurar a proteção da saúde da população e melhorar a sua qualidade de vida, alcançando níveis crescentes de salubridade ambiental por meio das ações, obras e serviços de saneamento.

No entanto, Marabá é cortado por um rio curiosamente denominado “Grota Criminosa”, em cujas margens há grande concentração de construções irregulares. O rio, que é fundamental para a vida da população local, sofre hoje com uma ferrovia recém-construída que passa em cima de sua nascente, poluindo-o e alterando o curso natural das águas. No leito são despejadas, diariamente, cargas diárias de esgoto dos moradores locais, que não dispõem da menor estrutura de saneamento e têm de percorrer cerca de três quilômetros para chegar ao depósito de lixo mais próximo (LYRA, 2011).

No Art. 77 é estabelecido a formulação, implantação, funcionamento e ampliação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

Quanto ao Abastecimento de Água, o plano diretor dispõe:

- Propor a reestruturação, ampliação e adequação do sistema de abastecimento de água dos distritos da sede municipal (captação, tratamento, armazenamento e distribuição).
- Toda a população dos distritos da sede municipal (Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova) e dos distritos de São Felix e Morada Nova sejam atendidas com o fornecimento de água potável.

Em Marabá, até o final de 2013, eram grandes os desafios da população para conseguir água tratada. Em vários bairros não existe água encanada. Na maioria dos poços residenciais, a água não apresenta condições para o consumo. A situação se repete em mais nove bairros do complexo Cidade Nova. São cerca de 60 mil pessoas prejudicadas com a falta de abastecimento. Muitas pessoas ficam mais de uma hora nas filas que se formam próximo aos pontos de distribuição, construídos pela prefeitura. No complexo Cidade Nova, apenas um bairro é atendido com a água distribuída pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). Nos oito demais bairros, as famílias dependem de poços perfurados nos quintais das casas, e nem sempre a água é usada para o consumo humano, em razão do cheiro e da coloração amarelada.

Recentemente, passando-se do prazo de 4 anos para que todos sejam atendidos com o fornecimento de água potável, a moderna Estação de Tratamento de Água (ETA) do Pará foi entregue pelo governador Simão Jatene, no município de Marabá, no sudeste paraense. A Estação, que integra a primeira etapa da ampliação do sistema de abastecimento de água do município, é um investimento de R\$ 99,92 milhões, dos quais R\$ 43,42 milhões provenientes de recursos do Tesouro Estadual. Com a ampliação, o sistema levará água tratada às residências de 26.522 famílias.

Quanto ao Esgotamento Sanitário o plano diretor dispõe:

- Viabilizar estudos para a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nas áreas urbanas do município, compatibilizando-o com os recursos hídricos disponíveis.
- Coletar dejetos da rede de esgotamento sanitário de residências, tratá-los com um moderno sistema sanitário de filtragem de resíduos sólidos e devolver água limpa à natureza.

Este pode ser considerado o tripé que constitui um dos mais novos e ousados projetos voltados ao saneamento básico e que está sendo transformado em realidade com a construção do Sistema de Tratamento de Esgoto (ETE) da cidade de Marabá, pelo Governo do Estado. Com a implantação, estima-se que 14 mil domicílios

sejam contemplados com o serviço de coleta de cinco estações elevatórias de tratamento dos efluentes.

Quanto aos Resíduos Sólidos o plano diretor dispõe:

- Ampliação e adequação da coleta de resíduos sólidos urbanos, rurais e especiais nos distritos sede e demais distritos do município, bem como adequar sua disposição final, conforme legislação vigente;
- Realização de estudos e projetos visando permitir a implantação de um programa de educação sanitária e ambiental compatível com a realidade local e em concordância com as diretrizes das políticas de educação e meio ambiente que tenha como escopo a realização de ações educativas com a população do município, quanto à separação dos resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos e sua destinação final, em especial para as áreas de difícil acesso, no prazo máximo de dois anos da vigência desta Lei;
- Apoiar a criação de cooperativas que objetivem a execução dos serviços de limpeza, coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis, bem como possível incineração quando indicado;

Especificamente a cidade de Marabá, é um importante centro econômico e administrativo da fronteira agrícola amazônica, sendo uma das cidades que transformou seu lixão em aterro controlado. A média per capita de geração de resíduos no município de Marabá é de 0,7 kg/hab/dia. O resultado está em conformidade com a média de produção per capita de resíduo para cidades de médio porte.

Segundo Silva e Barreto (2013), há um índice elevado de matéria orgânica no aterro em relação aos demais detritos, fato que já era esperado devido apresentar semelhança ao padrão nacional. Outro fator observado foi que os resíduos potencialmente recicláveis como papel, papelão, plástico, metais e vidros apresentaram-se abaixo da média comparada, podendo caracterizar a existência da coleta destes materiais por catadores informais ou cooperativas.

A Educação Ambiental tem buscado incessantemente um diálogo com a sociedade marabaense, na tentativa de sensibiliza – lá, através de palestras e atividades lúdico-culturais, entre outras ações, cujo objetivo é Integrar, segmentos como: associações de moradores, escolas, núcleos de educação infantil, universidades, sindicatos, mídias (escrita, televisionada e falada) e clubes, no intuito de propagar ideais que levem à adoção de práticas sustentáveis em relação à produção e o descarte dos resíduos sólidos, objetivando a obtenção de resultados positivos a curto e em longo prazo.

Quanto a Drenagem Urbana, o plano diretor dispõe:

- Realizar estudos e projetos para promover a ampliação, adequação e implantação de sistemas de drenagem urbana, de forma a compatibilizar com as obras de esgoto e pavimentação nos distritos que fazem parte do macro-zoneamento municipal incluindo neste Plano Diretor Participativo;

O sistema de drenagem em Marabá é ineficiente na maioria dos bairros. Enchentes no município são frequentes. Os problemas das cheias em Marabá se intensificam ainda mais com as chuvas que caem na cabeceira do rio Tocantins elevando o nível das marés.

Com relação aos moradores mais expostos à situação de risco, em 2006 foram apontados a existência de 11 assentamentos informais ou ocupações na área urbana de Marabá. Desses assentamentos, cinco estavam localizados em áreas alagáveis, o que correspondia a 6% da área edificada da cidade, contando todos os núcleos. A população dessas áreas alcançava em torno de 47.000 habitantes ou 30% da população urbana. A cidade, quase como um todo, apresenta atualmente, características e índices típicos de assentamentos informais (ALMEIDA, 2011).

POLÍTICAS SOCIAIS

No que diz respeito a Política Social da cidade de Marabá, seu plano diretor avalia: assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, segurança, política para habitação, bem como, para mobilidade (sistema viário de transporte), para maiores egressos da região.

Marabá, cidade de médio porte, conta com a promoção de oportunidades ao lazer como um lugar de construção do exercício da cidadania para melhoria na qualidade de vida de seus moradores, que fazem uso de praias, orla, praças, parque zoológico, dentre outros atrativos. A prática de esportes vem ganhando cada vez mais espaço entre a população. Ações públicas e de entidades privadas buscam promover o hábito.

Na política de assistência social onde diz que deveria haver a criação de meios como a construção de prédios, para que sejam desenvolvidas ações de retaguarda (Medida de Proteção - abrigo provisório, EAP) e meio aberto (Ações Sócio-Educativa) não é seguido conforme o plano diretor, visto que, constantemente pessoas perderam suas casas principalmente para enchentes, e serem colocadas em abrigos disponibilizados pela gestão municipal, mas que na realidade são verdadeiros antros insalubres, pessoas vivendo em condições precárias, sem tratamento de água e com enormes riscos de contrações de doenças devido à aglomeração de pessoas. Outra política que possui diretrizes em desacordo é a de habitação, no que diz a implementação de programa de construção de moradias populares, onde foi de fato implantado um programa na região o chamado “Minha casa minha vida” (moradias populares para famílias de baixa renda), porém há constante falta de água no residencial, que tem enfrentado problemas no abastecimento desde que foi inaugurado, e também pela falta de saneamento básico na localidade.

Marabá, como a maioria das cidades Brasileiras, sofre com a precariedade em educação e saúde. O plano diretor de Marabá institui em relação a educação que deve-se

- Assegurar o acesso à educação com qualidade nos níveis de ensino infantil e fundamental de forma a responder às demandas dos diversos segmentos populacionais nessa área
- Adaptação das escolas permitindo o acesso de portadores de necessidades especiais com a instalação de equipamentos mecânicos adequados, tais como elevadores;
- Promover o acesso às novas tecnologias aos alunos e professores da rede municipal de ensino;
- Ampliação gradativa do transporte escolar na zona rural, em parceria com a União e o Estado, visando atender a todos os alunos da rede municipal.

Porém, além dessas escolas não contarem com o sistema adaptado para as crianças e jovens com necessidades especiais, muitas dessas crianças e jovens deixam de frequentar a escola pela precariedade no transporte, que além de insuficiente, encontram-se sujos, sem extintor de incêndio e sem manutenção básica, colocando assim em risco a vida de quem faz usos desses transportes.

Em relação a saúde, o plano diretor prega que:

- A política de Saúde tem por objetivo garantir a oferta adequada de infraestrutura ambulatorial e hospitalar, de equipamentos, profissionais e de atendimento à demanda municipal.
- Dotar as áreas urbana e rural com equipamentos hospitalares.

Porém, em Marabá, o hospital municipal atende pacientes de 22 municípios da região, que, juntos, somam aproximadamente um milhão de habitantes e não possuem hospital próprio. Ou seja, a estrutura de saúde e o número de leitos oferecidos não acompanham o crescimento populacional da região. Isso remete a serviço, equipamentos, estrutura, medicamentos insuficiente para demanda de pessoas que vão em busca de tratamento e acabam se deparando com falta de atendimento.

POLÍTICAS ECONÔMICAS

A política de Desenvolvimento Econômico do Município de Marabá visa promover o crescimento econômico, tendo como objetivo a distribuição da renda e práticas de desenvolvimento sustentável, para que isso possa minimizar as desigualdades sociais e territoriais da região, essa redistribuição é feita através de investimentos públicos que foi focado no município, obrigando os investidores privados a reverter seus investimentos, culminando para um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e da Renda Per Capta, acarretando em uma pequena melhoria na infraestrutura e na qualidade de vida da população residente a cerca da indústria, como ilustra o gráfico da figura 1 abaixo, onde está acompanhada de uma tabela que mostra os números exatos:

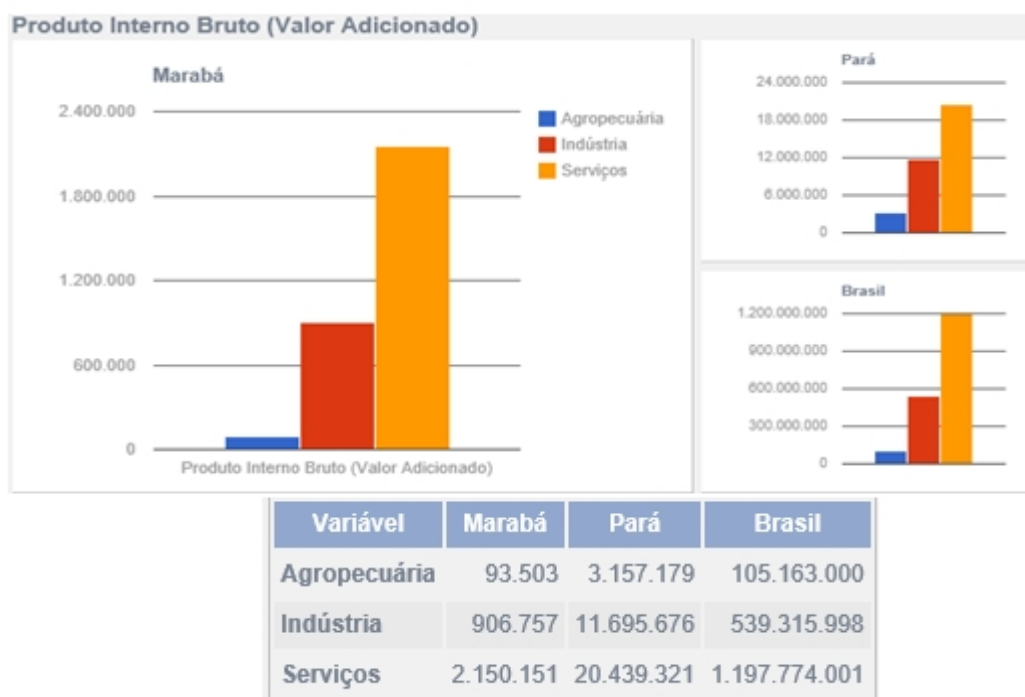


Figura 1: Produto Interno Bruto - Marabá - Fonte IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Após a década de 70, Marabá começou a tornar-se um município com forte crescimento econômico, isso se deu a abertura da rodovia Transamazônica, em virtude disso atraiu madeireiros e pecuaristas. De tal forma tais investimentos passaram a ditar a dinâmica produtiva da região, atraindo um número maior de empresas de grande porte, e da mesma maneira que atrai investimentos, possui a capacidade de repelir os mesmos. Isso se dá pelo fato de que grandes empresas por exercerem poderosas forças de atração incentivam outras que possuem a função de fornecerem insumos de variadas formas se instalem no município. De forma contrária faz com que empresas concorrentes e menos poderosas não se instalem, tendo assim o poder de repulsão. Sendo assim ficando em contradição ao plano diretor que dizia que iria atrair, incentivar e recuperar a atividade industrial com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas.

Com isso, Marabá vem sendo vítima de uma economia que visa apenas à retirada das suas riquezas, sendo essas as mais interessantes para o mercado internacional. Isso faz com que faltem iniciativas concretas para um melhor aproveitamento da natureza local e que sejam diretamente benéficas para os habitantes locais, ou seja, falta uma iniciativa para o desenvolvimento econômico, que diz respeito à melhoria na qualidade de vida da população, sendo a renda melhor distribuída para que possa permitir a cada cidadão ter o acesso aos bens de serviços mais básicos e necessários para a sobrevivência, onde o plano diretor relata que iria apoiar e promover atividades de capacitação nas áreas de manuseio de alimentos, gestão de negócios e comercialização junto aos comerciantes locais, feirantes e vendedores ambulantes, sendo que os mesmos não vêm sendo realizados com a frequência que se deveria.

- Fase 04: No que diz à proposição de organização territorial e zoneamento urbano e ambiental, está em desacordo com a realidade local devido a falta de um planejamento urbano, onde o município não estava preparado desde sua criação para a migração e ocupação desordenada de uma grande massa populacional que se instalam em áreas irregulares, ocasionando enchentes nas áreas pioneiras próximas a zonas de várzeas.
- Fase 05: Esta fase condiz com o que é estabelecido por uma estrutura documental padrão, já que o plano participativo diretor de Marabá institui propostas e diretrizes relacionadas ao gerenciamento, aos instrumentos de política territorial assim como programas e projetos prioritários.

CONCLUSÕES

O plano participativo de marabá em geral se encontra desatualizado no que se diz a uma estrutura padrão, apresenta falhas como, a omissão orçamentária, o tempo previsto para cada ação, bem como os anexos de mapas indicadores de aplicação das políticas que o plano institui. O documento em estudo também não apresenta os problemas enfrentados pela região. Por outro lado, as propostas estabelecidas no Plano também não condizem em alguns aspectos com a realidade social econômica e ambiental do local, onde, mesmo estando situada em uma região rica em recursos naturais e gerando fortes economias, Marabá ainda enfrenta precariedade em setores como educação e saúde, bem como a distribuição de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NB 1350- Normas para elaboração de plano diretor. Rio de Janeiro, 1991.
2. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Síntese de informações da cidade de Marabá/PA. 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150420&idtema=16&search=para|maraba|sin tese-das-informacoes>>. Acesso em: 04 de Setembro de 2014.
3. Prefeitura da Cidade de Marabá: Histórico da cidade de Marabá/PA. 2010. Disponível em: <<http://maraba.pa.gov.br/sobre-maraba/>>. Acesso em: 04 de Setembro de 2014.
4. SANTOS, Rozely Ferreira. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.36p.
5. SILVA, Érica; BARRETO, Rita. Projeto de educação ambiental LIXO É SÓ O COMEÇO, 2013. Disponível em: <<http://www.institutoestre.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Relat%C3%B3rio-dos-per%C3%ADodos-ultimavers%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2014
6. LYRA, Felipe. Laboratório de estudos em comunicação comunitária da UFRJ, 2011. Saneamento Ambiental em Marabá foi tema de entrevista - Disponível em: <<http://leccufrj.wordpress.com/2011/11/03/saneamento-ambiental-em-maraba-foi-tema-de-entrevista/>>. Acesso em: 04 set. 2014
7. ALMEIDA, José Jonas. OS RISCOS NATURAIS E A HISTÓRIA: O CASO DAS ENCHENTES EM MARABÁ (PA), 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/tiago/Google%20Drive/Downloads/7205-26020-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/tiago/Google%20Drive/Downloads/7205-26020-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 04 set. 2014.
8. Prefeitura de Marabá. Mais de R\$ 200 milhões em investimentos. Disponível em: <<http://maraba.pa.gov.br/mais-de-r-200-milhoes-em-investimentos-maraba-foi-prestigiada-pela-presidente-dilma-na-distribuicao-de-recursos-do-pac-2-diz-salame/>>. Acesso em: 04 set. 2014
9. Amanajás Pena, H., de Oliveira Albuquerque, L. y Miranda Lemos, S: "Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Marabá, Amazônia – Brasil", en Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 194, 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-maraba.html>>. Acesso em: 04 set. 2014.
10. IBGE, 1991. Produto Interno Bruto de 2011. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Marabá, fornecidos em meio eletrônico.